

POR UMA RESISTÊNCIA CULTURAL À ONDA NEOPENTECOSTAL – DA BAIANA DO ACARAJÉ AO BOLINHO DE JESUS

Lais Vieira Viajante de Lima¹; Felipe Fernandes de Brito²; Cristina Schmidt Silva Portéro³

RESUMO: Este artigo tem como objetivo tratar da importância do alimento como fator cultural, além de considerar os desdobramentos que tornaram a baiana do acarajé e o acarajé patrimônio imaterial frente à onda neopentecostal, bem como verificar a necessidade de políticas públicas cada vez assertivas que visem à preservação cultural de comunidades tradicionais.

Palavras-Chave: acarajé; baiana do acarajé; cultura; alimento; neopentecostal.

ABSTRACT: This article aims to address the importance of food as a cultural factor, in addition to considering the developments that have made the acarajé woman and the acarajé intangible heritage against the neopentecostal wave, as well as verify the need for assertive public policies aimed at cultural preservation of traditional communities.

KEY-WORDS: acarajé; acarajé woman; culture; food; neopentecostal.

INTRODUÇÃO

A problemática que trazemos a atenção nesse artigo tem a ver com o movimento surgido na Bahia, por parte da comunidade evangélica, mais especificamente da igreja universal que passou a descaracterizar a essência do que representa o acarajé a fim de ressignificá-lo e nomeá-lo como bolinho de Jesus. A partir da conversão de baianas do acarajé a Igreja universal, uma separação entre o acarajé do bem e acarajé do mal passou a ser construída. Como se o primeiro, o acarajé do bem, ou bolinho de Jesus, livre estivesse dos feitiços ou influências dos orixás, ao passo que o acarajé da baiana, nascido nos terreiros, comida de Iansã, trouxesse consigo o caráter votivo de sua

1 Universidade de Mogi das Cruzes, Especialização em Especialização pela Universidade Estadual de Campinas, Brasil(2013). DIRETOR DE ESCOLA da Prefeitura Municipal de Suzano , Brasil. E-mail: laisinhahotmail@hotmail.com

2 Jornalista com experiência profissional em assessoria de imprensa. Coordenou a assessoria de imprensa da Secretaria Municipal de Promoção da Igualdade Racial da Prefeitura de São Paulo, de 2013 até o final do primeiro semestre de 2015. Trabalhou na assessoria de imprensa da Parada do Orgulho LGBTQ de São Paulo. É diretor do movimento de combate à intolerância religiosa As Águas de São Paulo desde de 2007. Mora em Poá há 25 anos e é bolsista CAPES do Programa de Mestrado em Políticas Públicas da Universidade de Mogi das Cruzes.

3 Doutora em Comunicação e Semiótica pela PUC-SP (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo), e mestre em Teoria e Ensino da Comunicação pela UMESP (Universidade Metodista de São Paulo).

É jornalista, graduada pela Metodista, com atuação no ensino, na pesquisa, na assessoria de imprensa.

Pesquisadora e sócio-fundadora da Rede Folkcom Rede Brasileira de Estudos e Pesquisas em Folkcomunicação, vinculada a Cátedra UNESCO/Metodista, coordenou o Grupo de Pesquisa em Folkcomunicação da Intercom.

É professora nos cursos de Comunicação e Design, bem como professora e Coordenadora do Mestrado em Políticas Públicas da UMC (Universidade de Mogi das Cruzes - SP), é pesquisadora no GRUPPU - Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas na UMC como bolsista Faep.

Atua também como professora e coordenadora do Curso de Administração na Faculdade Bertogã. Consultora ad hoc do INEP/MEC, e parecerista em revistas científicas na área da comunicação.

Tem experiência em Coordenação de Cursos: Jornalismo, Publicidade, Radialismo, Fotografia e Administração; e em desenvolvimento de projetos pedagógicos e culturais.

Têm diversos artigos publicados, capítulos de livros, livro e organização de coletânea na área da comunicação e diversidade cultural.

Atua principalmente nas áreas de: comunicação social, folkcomunicação, diversidade cultural, mídia regional e local, turismo, patrimônio imaterial, e políticas públicas culturais.

representação. Tal processo de ressignificar o acarajé, é advindo da pregação neopentecostal que percebe o acarajé como um alimento carregado de simbolismos negativos que tende a associá-lo ao que consideram a religião do capeta, do demônio e dos encostos.

A partir disso, é que surgiu a real necessidade de tornar o acarajé patrimônio imaterial, pois com tal reconhecimento legal, a tradição se resguarda, e não somente isso, impede que manifestações contrárias, cujo objetivo manifesto relaciona se ao apagamento da cultura sejam impraticáveis .

O preparo dos alimentos como aspecto formativo da identidade cultural

Em *Cooked*, o pesquisador Michael Pollan, nos leva a uma Austrália aborígene. O aborígene caça com sua espingarda, traja uma roupa urbana comum, mas com sua tribo mantém o ritual do fogo. A anciã também caça vestida com roupas comuns de tecidos industrializados. Não é a falta da lança, da flecha já substituída pela espingarda, que configura qualquer rompimento com a tradição. Ateia-se fogo na mata para que a caça seja capturada rapidamente. A tradição persiste porque o costume do fogo tal como um ritual de caça, se perpetua a cada geração como elo entre passado, presente e futuro. O comer, não é um ato isolado, para saciar a fome enquanto necessidade biológica, apenas. O ato de comer envolve muito mais do que escolher e ingerir uma porção de alimento.

Para nós, humanos, a ingestão do alimento integra uma cadeia de associações pessoais, de ordem social e cultural. Ainda que para alguns a alimentação adquira um sentido corriqueiro, prático e habitual, para outros, o comer recupera o percurso do indivíduo em relação a sua ancestralidade, contemporaneidade e posteridade. Somente essa relação profunda com o ato de comer, carregada de signos, explica o cuidado detalhista de uma judia em sua cozinha casher, para que *bassari* (carne), *halavi* (leite e derivados) e *pareve* (alimentos neutros, como frutas e legumes) não se toquem nunca nem nos compartimentos internos dos armários e nas porcelanas de servir. Tendo em vista a importância cultural que o ato de preparar o alimento tem para as mais variadas culturas, é apropriado considerar o acarajé como manifestação singular da cultura afro-brasileira. Porém, se o preparo dos alimentos nas variadas culturas mantém o aspecto do

sagrado porque no caso do acarajé houve um movimento contra a fim de descaracterizá-lo de suas origens? É isso o que pretende-se considerar neste artigo.

O acarajé como elemento da cultura afro-brasileira

É importante, neste caso, tratar por exemplo, dos variados contextos que envolvem a diversidade cultural brasileira, sobretudo, a religiosa e todo seu universo simbólico, entre eles, a alimentação tem destaque particular, por se tratar de, em muitas das variadas vertentes religiosas no Brasil, uma forma de comunhão entre os fiéis de determinada crenças. Neste artigo vamos discutir a respeito do alimento como identidade, como resistência cultural.

Acarajé:

A principal substância empregada é o feijão fradinho, depositado em água fria, até que facilite a retirada do envoltório exterior, sendo o fruto ralado na pedra. Isto posto, revolve-se a massa como uma colher de madeira, e ,quando a massa, toma a forma de pasta, adicionam-se-lhe, como temperos, a cebola e o sal ralados. Depois de bem aquecida uma frigideira de barro, aí se derrama certa quantidade de azeite de cheiro (com dendê), e, com a colher de madeira, vão se deitando pequenos nacos da massa e com um ponteiro ou garfo são rolados na frigideira até cozer a massa. O azeite é renovado todas as vezes que é absorvido pela massa, a qual torna, exteriormente a cor do azeite. Ao acarajé acompanha um molho, preparado com pimenta malagueta seca, cebola e camarões, moído tudo isso na pedra e frígido em azeite de cheiro, em outro vaso de barro. (QUERINO, Manuel, 1957, p. 30, 31)

Querino (1957) talvez tenha sido o primeiro autor a trazer os aspectos da culinária baiana e que apresentou o preparo do acarajé com todos os detalhes, quase que ritualísticos, do seu processo até se tornar o “bolinho” que conhecemos. O acarajé, de origem iorubá, etnia nigeriana, *akará*, faz-se presente em toda constituição simbólica da emancipação feminina, negra e baiana. Além de ser uma comida ritualística, pertencente às tradições da religiosidade do candomblé, dedicado a divindade feminina, o orixá Iansã, ele representa o ganho, sustento e viabilidade econômica de sobrevivência das famílias negras, que tem como liderança a figura feminina. Vale ressaltar que são estas figuras marcantes da cultura baiana, as baianas do acarajé, que também mantinham economicamente as comunidades religiosas de matrizes africanas, os terreiros, com a renda captada com a venda nos tabuleiros pelas ruas da cidade. São elas, as baianas do acarajé, como exemplifica Terezinha Bernardo: “mediadoras de bens simbólicos”.

Bernardo também contextualiza o protagonismo da mulher ioruba como mercadora das feiras na Nigéria. É possível associar, naturalmente, a mobilidade e liberdade econômica da mulher negra soteropolitana e, não somente, mas com mais incisão pela ascendência ioruba, como herança, ancestralidade. Não obstante, trazer com isto a reflexão de como a venda do acarajé ganha status central na vida destas mulheres, não apenas como ganho financeiro, mas também na manutenção desta identidade negra, iorubana. Discutir o contexto da polêmica do acarajé e do bolinhos de Jesus, perpassa pela constituição da ressignificação de uma sociedade patriarcal e que no contexto da brasilidade pós-abolição, torna-se matrifocal.

Imerso na dinâmica cultural das grandes metrópoles brasileiras, sobretudo em Salvador, o acarajé está sujeito a variados processos de apropriações e ressignificações nos diferentes segmentos da sociedade, sem, contudo, perder seu vínculo com um universo cultural específico e fundamental na formação da identidade brasileira. Nesse contexto, as baianas de acarajé integram e compõem o cenário urbano cotidiano e a paisagem social daquela cidade. Representam tradições afro-descendentes fundamentais das identidades da população que mora e transita nas áreas centrais e antigas, em que se destaca o conjunto arquitetônico do Pelourinho. Assim, ao olhar patrimonial une-se o olhar cidadão, no intuito de identificar ou pontuar na geografia urbana lugares tradicionais – pontos de venda – onde, diariamente, é celebrado o hábito de provar comidas de santo e de gente. (IPHAN, MinC, 2007; p. 18)

“(…) Provar comidas de santo, provar comidas de gente”, este pequeno fragmento textual revela a proximidade com que o acarajé, as comidas de santo, são próximas do cotidiano da cidade de Salvador, da baianidade nagô, ou seja, a simbiose com a africanidade de origem ioruba e toda sua adaptação no contexto nacional, mais que isso apresenta o antropomorfismo presente na mitologia ioruba, que traz no contexto da própria cosmogonia, divindades que se aproximam das humanidades, tem vaidades, vontades, características próprias, sentimentos que as delineiam e as fazem diversas. O alimento não é diferente no espaço do terreiro, pois é particular ao Orixá, divindade ioruba, no entanto produzido para ser compartilhado na comunidade, o coletivo, como um movimento cíclico e contínuo de conexão com a concepção nagô, iorubas no Brasil, do sagrado.

Fischler por exemplo, trata do princípio da incorporação, segundo o qual se trata do movimento em que o alimento ultrapassa a fronteira entre o mundo e o corpo, de fora para dentro, num plano real e imaginário, dessa forma:

“A incorporação é igualmente fundadora de uma identidade coletiva e ao mesmo tempo, de alteridade. A alimentação e a cozinha são um elemento capital do sentimento coletivo de pertencimento. (...) Um sistema culinário se vincula e corresponde a uma visão de mundo, uma cosmologia. O homem come por assim dizer, como temos visto, no interior de uma cultura, e esta cultura, ordena o mundo de uma forma que é apropriada.” (p.67-8).

Não obstante, retornando a questão da cultura de resistência, ressignificação, tem se no acarajé um elemento chave para o debate em torno das minorias de representação social e marginalidade em que ainda se encontram as manifestações culturais de origem africana no Brasil. Para o entendimento do que é cultura na amplitude do seu significado recorreremos a filósofa Marilena Chauí.

Cultura é, pois maneira pela qual os humanos se humanizam e, pelo trabalho, desnaturalizam a natureza por meio de práticas que criam a existência social, econômica, política, religiosa, intelectual e artística. O trabalho, a religião, a culinária, o vestuário, o mobiliário, as formas de habitação, os hábitos à mesa, com os animais e com a terra, os utensílios, as técnicas, as instituições sociais (como a família) e políticas (como o Estado), os costumes diante da morte, a guerra as ciências, a filosofia, as artes, os jogos, as festas, os tribunais, as relações amorosas, as diferenças sexuais e étnicas, tudo isso constitui a cultura como invenção da relação como o Outro - a natureza, os deuses, os estrangeiros, as etnias, as classes sociais, os antepassados, os inimigos e os amigos. CHAUI, p.113-4, 2006)

A conceituação de cultura como relação de humanização, como coloca a filósofa, apresenta um aspecto que se permite a discussão desta resistência e das poucas possibilidades de sobrevivência, mediante a todo processo de segregação, marginalização e racismo que se abate à população negra. São estes laços que foram fortalecidos com a organização social dos terreiros, são eles, apropriando-se do termo do universo das ciências exatas, especificamente da eletrônica, resilientes, pois, mesmo com as pressões diversas para rupturas com sua cultura originária, berços do nascedouro das relações afrocêntricas, especificamente de um renascimento forjado na exclusão e na necessidade manutenção da porção que lhes resta como identidade negra.

Os terreiros de candomblé são constituídos de pequenos grupos que se agregam em torno da figura de uma mãe ou um pai de santo [...] De fato os terreiros são geralmente compostos por ajuntamentos pequenos, com raras exceções, com uma média de cinquenta iniciados, interagindo intensamente o tempo todo. (VALLADO, 2010, p.49)

Não se pode avaliar a questão do simbolismo do acarajé de Iansã, a deusa dos ventos, sem avaliar a realidade econômica e social do negro no Brasil, diante do sistema econômico vigente. Antes disso faz-se importante, retomando Chauí, conceituar o poder simbólico e a relação com a memória existente no objeto, neste caso o acarajé:

O objeto antigo é aquele que alguns estudiosos chamam de “objeto marginal”, ou seja, o objeto que perdeu funcionalidade prática e ganhou função de signo, passando a significar o tempo. Para ser definitivo ou terminado (nada lhe pode ser acrescentado ou retirado), trazer em si mesmo as marcas da sua autenticidade (não pode ser forjado), figurar um “mito de origem” (isto é, ser um talismã), ser anacrônico (isto é, sem relação com o tempo presente, pois é o anacronismo que lhe dá valor) e organizar o mundo como constelação simbólica. Precisa ser um objetivo único, pois não assinala o tempo industrial dos produtos em série, mas tempo artesanal, em que cada artefato é diverso de todos os outros. Diferentemente do monumento e do documento, o objeto antigo não está referido ao poder e sim ao prestígio. Por isso, embora possa ser visto em museus, seu espaço preferencial é o mercado de antiguidades. (CHAUI, p.116,2006)

Aqui, no contexto soteropolitano, baiano, o objeto é o acarajé, alimento, portanto não perde sua funcionalidade prática, carrega o poder simbólico que remete a memória e a ancestralidade iorubana. Está no mercado, mas não de antiguidades, e sim, na feira, nas ruas e na rotina a alimentação baiana. Faz-se inerente ao comércio local, ou seja, reforça a continuidade de uma cultura. No entanto, apresenta as relações na sociedade de consumo e como esta concepção de sociedade, dentro da esfera capitalista, massifica as identidades e culturas e as torna mercadoria. Este objeto simbólico como mercadoria sofre pressão dos interesses de segmentos da sociedade que tem seus maiores mecanismos de pressão social, visibilidade midiática, representação política e anseios também econômicos. Estes interesses conflitantes ainda são delineados, concebidos, por meio da ótica excludente do racismo, naturalizado, institucionalizado e estrutural brasileiro, que criminaliza, marginaliza e, neste caso destitui de identidade. A renomeação do acarajé como “bolinho de Jesus”, “acarajé de Jesus”, nada mais é que produto do “embranquecimento”, europeização forçosa da cultura negra e de uma visão baseada no racismo, sobretudo em um fundamentalismo religioso cristão emergente no Brasil e com forte apelo midiático. Como exemplo contundente desta intolerância religiosa com as religiões de matrizes africanas segue a história de Mãe Gilda:

Visando coibir outras atitudes discriminatórias e, como um ato em homenagem a Mãe Gilda, símbolo de um dos casos mais marcantes de preconceito religioso no país, em 2007 foi sancionada a Lei nº 11.635 que faz do 21 de janeiro o Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa. A data,

que é celebrada por todos os praticantes das religiões de matriz africana, serve ainda como reflexão e motivação na busca pela liberdade do culto religioso e combate ao racismo. O limite da intolerância – Em outubro de 1999 o Brasil testemunhou um dos casos mais drásticos de preconceito contra os religiosos de matriz africana. O jornal Folha Universal estampou em sua capa uma foto da Iyalorixá Gildásia dos Santos e Santos – a Mãe Gilda – trajada com roupas de sacerdotisa para ilustrar uma matéria cujo título era: “Macumbeiros charlatões lesam o bolso e a vida dos clientes”. A casa da Mãe Gilda foi invadida, seu marido foi agredido verbal e fisicamente, e seu Terreiro foi depredado por evangélicos. Mãe Gilda não suportou os ataques e, após enfartar, faleceu no dia 21 de janeiro de 2000. (Fundação Cultural Palmares, 2014).

No campo das disputas religiosas na realidade brasileira é evidente a perseguição dos segmentos neopentecostais e algumas igrejas pentecostais aos cultos afro-brasileiros. Há uma disputa, baseada em uma visão maniqueísta, dualista em que o mal são as religiões de matrizes africanas e seus seguidores, este conflito encontra alicerce na busca pela expansão de fiéis pela conversão por um embate territorial, haja visto, que ambos segmentos religiosos estão enraizados nas regiões periféricas das cidades brasileiras e têm em comum o mesmo público, ou podemos dizer assim, baseando a argumentação em uma visão que considera a questão da sociedade de consumo, reserva de mercado. O caso de Mãe Gilda é emblemático pelo desfecho trágico que se deu e por trazer à baila da discussão não somente a mobilização originada deste episódio por parte das comunidades religiosas de matrizes africanas e seus adeptos, mas por evidenciar a maneira sistemática como se organizam para ampliação de atuação política em todo país, na busca pela forte representação no Congresso Nacional e como atuam amplamente nos veículos de comunicação disseminando estereótipos negativos a respeito das práticas religiosas de matrizes africanas. Este procedimento de apropriação cultural dos aspectos e símbolos religiosos da cultura dos terreiros caracterizam-se como violência simbólica, como aborda Mariano *in* Silva (2007), pois destituem da originalidade africana, a exemplo do acarajé.

Com efeito os pentecostais teriam sua liberdade religiosa restringida pela justiça caso não pudessem, por exemplo, considerar demoníacas, certas crenças e práticas de seus adversários religiosos. Ainda mais quando se sabe que a esmagadora maioria dos pentecostais crê piamente nisso. De modo que impedi-los de expressarem tal crença comprometeria, por certo, sua liberdade religiosa. O problema é que ao exercê-la livremente nos mais diversos meios de comunicação e espaços públicos e, muitas vezes de um modo abertamente hostil, esses religiosos, protagonizam atos explícitos de violência simbólica, que estigmatizam, desqualificam e rebaixam moralmente adeptos dos cultos

afro-brasileiros, bem como suas práticas religiosas. (MARIANO in SILVA, p. 126. 2007)

Ricardo Mariano amplia a discussão do que seria a liberdade religiosa no contexto da laicidade brasileira e trás a reflexão de como são conflitantes as relações entre as crenças no Brasil, mas reforça o sentido que a liberdade de um deixa de ter sentido quando esta passa a ser instrumento de vilipêndio da liberdade e da identidade do outro. O que não se pode perder como eixo desta discussão é o porquê as comunidades religiosas de matrizes africanas são vitimadas por estes segmentos mais conservadores e fundamentalistas das igrejas cristãs no Brasil.

MÉTODO

Trata-se de um estudo de caso qualitativo, não linear, focalizado na descrição do movimento surgido na Bahia, por parte da comunidade evangélica, mais especificamente da igreja universal que passou a descaracterizar a essência do que representa o acarajé a fim de ressignificá-lo e nomeá-lo como bolinho de Jesus.

RESULTADOS /DISCUSSÃO

Neste estudo pretendeu-se discorrer acerca de como se dá o ataque da onda neopentecostal ao acarajé. Mesmo já tendo apontado neste estudo os motivos de busca por público, razões econômicas, dentro do mercado de consumo da fé, há a questão racial, que impede que estas comunidades vitimadas pelos sistemáticos ataques as suas tradições tenham visibilidade e coloquem a pauta da laicidade e da liberdade religiosa como algo permanente em nossa sociedade, apesar de que o debate tem crescido e feito parte do cotidiano nacional com mais frequência. A invisibilidade social, midiática também se dá pelo processo histórico de exclusão da população negra e suas manifestações culturais do empoderamento e desenvolvimento econômico. Infelizmente, constatamos que a marginalização e “demonização” é dogmática, mas também social, pois tem em seu cerne a desigualdade racial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Registrar o ofício das baianas de acarajé e reconhecê-lo assertivamente em forma de lei como patrimônio cultural imaterial, dá o reconhecimento simbólico do ofício. Tal reconhecimento não tem a ver apenas com a questão do acarajé não ser tratado como bolinho de Jesus por um capricho pentecostal. Tem a ver com a preservação do caráter étnico de reconhecimento das religiões afro-brasileiras. Tem a ver com a preservação da identidade cultural e paramentos utilizados pelas baianas. Descaracterizar a baiana do acarajé que vive nas ruas de Salvador há quase um século e o acarajé em todos os seus aspectos, do nome até o envoltório religioso que o contempla é o mesmo que tentar ressignificar a cruz no cristianismo católico.

Associar o acarajé a Jesus Cristo é ignorar por completo o peso que a tradição religiosa de matriz africana com sua mitologia tem por sob o alimento. Considerando ainda a expansão crescente do neopentecostalismo fundamentalista com seus jargões de santidade, possessões demoníacas, exorcismo do mal, o tombamento do acarajé como patrimônio imaterial frustra essa tentativa desleal de transformar o diferente num opróbrio público. O que se faz importante e urgente é a discussão nos campo das políticas públicas, é a ampliação e discussão mais das ações de salvaguarda e registro das memórias, saberes brasileiros, com atenção para as manifestações indígenas e africanas, olhando para estes contextos, comunidades religiosas de matrizes africanas, como ilhas de resistência, em meio ao processo de degradação de costumes que elas passam constantemente.

Outro aspecto, são as políticas de promoção da igualdade racial e de redistribuição de renda, que permitem a inserção do negro no mercado de trabalho de consumo, permitindo também fazer destes espaços auto sustentáveis, com maiores possibilidades de resistir e se perpetuar com suas memórias e contingentes de tradições que tanto dizem e representam a sociedade brasileira.

Referências

BERNARDO, Teresinha. Candomblé: identidades em mudanças. Revista Nures nº 7 – Setembro / Dezembro 2007 - Núcleo de Estudos Religião e Sociedade – Pontifícia

Universidade Católica - PUC-SP. Disponível em: <http://www.pucsp.br/revistanures>. Acesso em 04/12/2016

CHAUÍ, Marilena. Cidadania Cultural: o direito à cultura. São Paulo. Ed. Fundação Perseu Abramo, 2006.

FCP - FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. 21 de janeiro – Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa. 2014. Disponível em <http://www.palmares.gov.br/?p=31374>. Acesso em 06/12/2016

FISCHLER Claudel. El (h)omnívoro: el gusto, la cocina y el cuerpo. Barcelona: Anagrama; 1995. Disponível em: <https://pt.scribd.com/doc/61776947/Fischler-Claude-El-H-Omnivoro>. Acesso em 02/12/2016

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. MinC – Ministério da Cultura. Dossiê IPHAN 6 – Ofício das Baianas de Acarajé. Brasília, 2007.

MARIANO, Ricardo. A Demonização dos cultos afro-brasileiros in: SILVA, Vagner Gonçalves da. Intolerância religiosa: impactos do neopentecostalismo no Campo religioso Afro-Brasileiro. São Paulo. Editora da USP. 2007.

QUERINO, Manuel. A arte culinária da Bahia. 1957. Martins Fontes: SP.

VALLADO, Armando. Lei do Santo: poder e conflito no candomblé. São Paulo. Pallas. 2010.